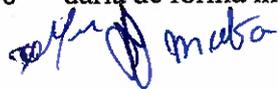


1 Ata da quatrocentésima quinquagésima segunda reunião do Conselho Municipal Assistência Social
2 de Nova Lima (CMAS-NL), realizada no dia treze de novembro de 2024, na sala de reuniões do
3 Conselho Municipal de Saúde, situada à Rua do Ouro, 145, bairro Centro, em caráter extraordinário.
4 Estiveram presentes os seguintes **conselheiros titulares: Maria da Conceição da Silva e Vítor**
5 **Aparecido de Carvalho** (representantes dos usuários); **Diego Davi Quaresma Machado**
6 (representante da entidade Adra Sudeste); **Rosana Mesquita Novaes** (representante da entidade Rede
7 Cidadã); **Luciana Aparecida Ribeiro e Maria Ivanete Luiz dos Santos** (representantes dos
8 trabalhadores do Suas) e **Caroline Soeiro Lanna** (representante da Secretaria Municipal de
9 Desenvolvimento Social - SEMDS). Participaram os seguintes **conselheiros suplentes: Cristiane**
10 **dos Santos Pereira** (representantes dos usuários); **Bruna Carlos Pereira e Ludson Rocha Martins**
11 (representantes da SEMDS); **Camila Elaine de Moura** (representante da Secretaria Municipal de
12 Saúde - SEMSA); **Telma Regina Alevato de Lacerda** (representante da Secretaria Municipal de
13 Política Urbana - SEMPUR) e **Sandra Miroslawa Gil Carneiro Tibo** (representante da Secretaria
14 Municipal de Habitação - SEMHA). Participou como convidada: **Paula Mayrink Raslan**
15 (Coordenadora do Cras Água Limpa). A Secretaria Executiva esteve representada pelas servidoras
16 **Andréa Silva de Britto Ramos e Sandra Carla Maia Medeiros** (assistentes sociais), **Kelma**
17 **Cristina de Oliveira Chaves** (assistente administrativo) e **Yasmin Eduarda Sena dos Santos**
18 (jovem aprendiz). A vice-presidente do Conselho Maria Ivanete Luiz dos Santos, presidiu a plenária
19 e justificou a ausência do presidente que se encontra de férias. Em seguida deu início aos trabalhos
20 apresentando a pauta do dia, qual seja: 1) Censo Suas PSB, 2) Censo Suas PSE (entidades de
21 Acolhimento Institucional, 3) Informes. Maria Ivanete passou a palavra para a secretária executiva
22 Sandra Carla, que efetuou a leitura da ata nº451. Após a leitura a vice-presidente a colocou em
23 aprovação. **A ata nº 451 foi aprovada pelos conselheiros, Maria da Conceição, Vítor, Diego,**
24 **Rosana, Luciana, Maria Ivanete, Caroline, Cristiane, Camila, Telma e Sandra Tibo.**
25 Prosseguindo, Ludson informou que na plenária do dia 30 de outubro, foi aprovada a reprogramação
26 de saldos do Programa de Fortalecimento do Cadastro Único no Sistema Único da Assistência Social
27 - PROCAD e o Índice de Gestão Descentralizada (IGD) do Programa Auxílio Brasil (PAB) - IGD
28 PAB, entretanto esclareceu, que não foi relatada a especificação da utilização dos respectivos
29 recursos. Ele disse que o recurso do PROCAD, referente conta 50865-9 no valor de R\$39.552,91
30 (incluindo seus rendimentos) e IGD PAB referente a conta 48852-6 no valor de R\$ 79.684,82
31 (incluindo seus rendimentos) totalizando o valor de R\$119.236,91, serão utilizados para pagamento
32 de cadastradores sociais do CAD Único. Em seguida, Maria Ivanete passou-se ao primeiro ponto de
33 pauta, referente ao Censo Suas da PSB. Sandra informou que de costume a apresentação inicial dos
34 documentos do Conselho é feita pela Gestão e após segue a apresentação do Laudo Técnico da
35 Secretaria Executiva. Entretanto, para otimizar o tempo e a não repetição de dados, a apresentação se
36 daria de forma invertida. Informou ainda, que pelo fato da Vigilância Socioassistencial - DVS não ter



37 enviado os dados do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV para a análise da
38 Secretaria Executiva, esta será apresentada na plenária do dia 27 de novembro de 2024 e que,
39 portanto, será substituída pela apresentação das entidades referentes à PSE (Lar dos Idosos, Casa de
40 Passagem Feminina e Masculina e a Residência Inclusiva). Em seguida Andréa deu início a
41 apresentação referente ao Censo Suas da PSB, informando que a análise dos dados se deu a partir dos
42 questionários enviados pelos CRAS. Andréa informou que foram levantados alguns itens relativos às
43 informações constatadas no preenchimento dos questionários. Tais itens foram esclarecidos pelos
44 conselheiros Ludson e Carolina à medida que foram apresentados. Em relação à questão, sobre a
45 diferença de horário entre os CRAS, Carolina esclareceu que os horários de atendimentos dos Cras
46 se divergem devido ao deslocamento dos técnicos para os equipamentos, considerando que o acesso
47 aos Cras se diferencia dos demais, devido à própria logística do território. Enfatizou que apesar da
48 diferença dos horários de funcionamento, a carga horária dos profissionais é cumprida conforme as
49 normativas. No item seguinte, que diz respeito ao fato dos arquivos físicos dos Cras não estarem
50 alocados em sala exclusiva, Carolina pontuou que o sigilo é preservado. Disse que atualmente pelo
51 fato dos dados dos usuários estarem arquivados no sistema do GEPS, facilita ainda mais este sigilo.
52 Posteriormente Ludson esclareceu que com relação à acolhida em grupo e elaboração do Plano de
53 Acompanhamento Familiar, há um histórico de dificuldades principalmente em relação às atividades
54 coletivas e, portanto, também no que diz respeito ao planejamento de acompanhamento familiar cabe
55 aos técnicos facilitar o processo. Sandra enfatizou que em relação ao Plano de Acompanhamento
56 Familiar, a Vanessa técnica da DVS informou na reunião da Comissão que o fluxo de
57 acompanhamento já está sendo construído. Andréa pontuou que de acordo com a análise realizada,
58 identificou que há Cras que não realiza atendimento coletivo no mês de referência, enfatizou que o
59 Censo Suas fez um recorte tomando como referência o mês de agosto, entretanto destacou a
60 importância das atividades coletivas serem realizadas em todos os meses do ano. Carolina justificou
61 que os Cras de Água Limpa e Nordeste, estavam com defasagem de pessoal nesta época, o que
62 dificultou a realização das atividades. Andréa enfatizou, a importância da oferta do SCFV ao público
63 de 7 a 14 anos, considerando que há Cras que não realiza atendimento nesta faixa etária. Enfatizou
64 também, que em relação ao público adulto, identificou a baixa oferta do serviço, mas entende que
65 maior é o desafio, devido a disponibilidade desta faixa etária. Carolina esclareceu que a avaliação
66 feita se dá em relação a oferta e a demanda do território, justificou que em alguns territórios há uma
67 grande oferta do serviço para a faixa etária de 7 a 14 anos, principalmente em relação a Secretaria de
68 Educação – SEMED, que possui projetos em tempo integral para este público. Prosseguindo, Andréa
69 pontuou que observou a divergência de tempo com relação ao prazo de agendamento e a prestação
70 de atendimento do CadÚnico entre os Cras. Enfatizou que há Cras que este prazo é de três a cinco
71 dias, enquanto que nos Cras Nordeste e Cruzeiro é de 30 e 60 dias. Carolina e Ludson esclareceram
72 que este fato se dá pela alta demanda de agendamento e atendimento nos territórios dos Cras Nordeste
73 e Cruzeiro. Seguindo, com relação a visitas realizadas para apuração de denúncias do CadÚnico,

Carolina

Ludson

Sandra

74 Andréa informou, que identificou que alguns Cras não as realizam, enfatizou que as visitas de
75 apuração de denúncias têm como princípio, analisar a veracidade dos dados prestados no ato do
76 cadastro e/ou atualização do CadÚnico. Ludson afirmou que os técnicos dos Cras têm o dever de
77 fazer as visitas e que fazem, considerou que foi uma marcação errada na questão. Em seguida Andréa
78 ressaltou a importância dos Cras realizarem interação com a equipe de saúde no município
79 responsável pelo acompanhamento das condicionalidades, do Programa de Transferência de Renda,
80 (considerando que esta questão não foi assinalada pelo Cras Nordeste). Ressaltou também que o Cras
81 Cruzeiro não marcou a questão que desenvolve ações para prestar informações às famílias sobre as
82 condicionalidades (reuniões de acolhida, palestras, oficinas em grupos, etc). Andréa pontuou que o
83 descumprimento de condicionalidades está diretamente ligado à saúde e educação e que a interação
84 dos técnicos com estes serviços é imprescindível para que os critérios de descumprimento sejam
85 eficazes. Em relação às ações de informações sobre o descumprimento de condicionalidades, Sandra
86 pontuou que a Vanessa justificou na reunião da comissão que o Cras Cruzeiro adota a forma de prestar
87 informações de maneira individual. Andréa disse que de acordo com a Vanessa, o Cras Cruzeiro
88 apresenta dificuldades de desenvolver atividades coletivas devido ao espaço do equipamento. Dando
89 continuidade à apresentação, Andréa ressaltou a importância de realizar a gestão de território para
90 que possa haver parcerias com a comunidade local, bem como ampliar o trabalho intersetorial. Ela
91 destacou que a gestão de território tem como principal responsável os coordenadores dos Cras e que
92 tal ação facilita vários aspectos com relação a dinâmica de trabalho dos equipamentos, destacando
93 inclusive sobre facilitar o desenvolvimento das atividades coletivas desempenhadas pelos técnicos.
94 Ao final da apresentação, baseado na análise das questões, Andréa observou que os equipamentos
95 não garantem a **acessibilidade** necessária e, dadas as dificuldades históricas do município em relação
96 à locação de imóveis adequados, persiste a **necessidade de priorização da construção e/ou**
97 **aquisição de imóveis próprios** para os equipamentos, de modo a garantir não apenas a
98 acessibilidade, quanto também condições adequadas para a realização de **atividades coletivas no**
99 **âmbito do PAIF**, bem como ampliação de número de salas com capacidade acima de 15 pessoas. E
100 que a sugestão é que **órgão gestor a partir do Censo Suas, realize uma avaliação dos**
101 **equipamentos junto aos coordenadores** sobre as ações executadas ou não, de modo a divulgar as
102 boas práticas e rever os aspectos que devem ser potencializados. Em seguida, Ludson iniciou sua
103 apresentação informando que o Censo Suas tem como primícias investigar as ações da política social
104 e fornecer informações que permitam ao poder público dar transparência e prestar contas à sociedade.
105 Enfatizou que é feito toda avaliação do RH, dos equipamentos, das atividades realizadas no âmbito
106 da política do Suas, entretanto, esclareceu que nem toda oferta do serviço social, estão discriminadas
107 no Censo e destacou exemplificando os programas locais ofertados ao Jovem Aprendiz e o serviço
108 do Espaço Cidadania, enfatizando as particularidades do método em questão. Ludson enfatizou ainda,
109 que em relação ao Plano de Acompanhamento Familiar, existe uma marcação específica, entretanto
110 de acordo com as orientações do PAIF, não há um padrão estabelecido para construção, embora seja

Ludson
M. Costa

Andréa
Sandra

111 necessário ser feito pelos técnicos dos equipamentos, fato que em alguns Cras ainda não é feito.
112 Informou que cada técnico cria o seu próprio formulário. Carolina esclareceu que apenas alguns
113 técnicos não fazem, entretanto, todos os equipamentos realizam o procedimento. Sandra pontuou que
114 em reunião com a comissão, sobre orientação da Vigilância Socioassistencial, não há um instrumental
115 institucionalizado, por isso não foi assinalado na questão do Censo, ao que enfatiza o formulário.
116 Sandra destacou que em relação ao quadro de RH dos equipamentos, em média estão abaixo do
117 número do que é preconizado na NOBRH do SUAS, em relação ao técnico de nível médio e que não
118 há educador social em nenhum dos equipamentos, apesar dos Cras seguirem o número de técnicos de
119 nível superior por abrangência de território. Ela disse ainda que neste ano não foi possível solicitar
120 que fosse apresentado a tabela de número de técnicos de cada Cras por turno, (devido ao curto período
121 de tempo da secretaria executiva), considerando a importância de analisar o fluxo de atendimento.
122 Posteriormente Andréa efetuou a leitura do Parecer do Laudo técnico, para colocar em votação a parte
123 apresentada da PSB, considerou que em seguida Sandra continuará a apresentação da parte da PSE.
124 Sandra esclareceu que o Censo Suas não é deliberado e que a votação seria para aprovação da
125 apreciação das informações que foram prestadas através do documento. Sandra enfatizou que o
126 parecer foi feito em conjunto com a Andréa e que diz respeito também à parte que em seguida será
127 apresentada. Sandra apresentou o Censo Suas referente a parte da PSE, que diz respeito aos
128 questionamentos das entidades: Lar dos Idosos, das Casas de Passagem Feminina e masculina e da
129 Residência Inclusiva. Sandra pontuou a princípio, algumas marcações assinaladas equivocadamente
130 e que já foram repassadas para a devida correção. Em relação a Unidade de Acolhimento não possuir
131 o Plano Político Pedagógico, Sandra enfatizou que não é um documento obrigatório segundo a
132 Tipificação, entretanto destacou a sua importância, pois ele detalha como a unidade vai efetuar o
133 trabalho, bem como apontará as linhas de atendimentos aos usuários, de acordo com as diretrizes da
134 política como um todo. Sandra enfatizou sobre os encaminhamentos e/ou acompanhamentos dados
135 aos usuários após o desligamento, considerando que a Unidade Fernanda Alcântara não realiza tal
136 ação. Ludson pontuou que não há uma exigência realizar o fluxo de acompanhamento após
137 desinstitucionalização, embora seja possível que os técnicos possam encaminhar os usuários para
138 algum serviço ou programa, entretanto com relação ao acompanhamento não é previsto nas
139 normativas este tipo de ação por parte dos equipamentos enfatizados. No que diz respeito à
140 acessibilidade, nos equipamentos, Ludson esclareceu que não há acessibilidade de acordo com as
141 normas da ABNT, com exceção ao Lar dos Idosos. Enfatizou que há acessibilidade nas demais
142 unidades em relação aos banheiros. Prosseguindo, com relação a localização da entidade Proreis
143 embora tenham assinalado no questionário, que não há vizinhança, Ludson pontuou que esta questão
144 deveria ser considerada como Área Mista, disse que a entidade apesar de se encontrar em uma região
145 pouco afastada, está localizada em um território que possui, escolas, postos de saúde, comércio etc.
146 Sandra pontuou que em relação ao quadro de RH, da Unidade Fernanda Alcântara, apesar de não
147 constar no Censo Suas, o servidor Pedro Adamastor Henrique assumiu a função de coordenação

*foram
muito*

Ludson

148 durante o período de execução direta. Ludson disse que houve um erro de marcação e que deveria ser
149 assinalado a questão “outros”. Em relação à Residência Inclusiva, Sandra enfatizou o fato de não
150 terem assinalados a questão sobre a Unidade não possuir nenhum dos espaços administrativos, seja
151 dentro ou fora da estrutura do Serviço, considerando que existe uma agenda anual de reuniões
152 realizadas no espaço da Semds reservado para esta unidade. Andréa enfatizou que apesar do espaço
153 não ser exclusivo ele existe e é compartilhado. Sandra disse que na questão que diz sobre a realização
154 de visitas do Conselho nos últimos 12 meses, foi assinalado que sim, entretanto ela destacou que a
155 marcação está errada, pelo fato de não ter havido nenhuma visita por parte do Conselho, no período
156 em destaque. Em seguida, Sandra informou que o Lar dos Idosos, enviou a lista de RH, ao que estava
157 um pouco confusa e com nomes repetidos, entretanto foi identificado que ao comparar com o
158 CadSuas, os funcionários estavam atualizados, embora não tenha sido verificado se a equipe está toda
159 completa. Posteriormente, Ludson deu início a apresentação da parte da PSE. Destacou que em
160 relação ao quadro de recursos humanos, verificou-se que apenas o Lar dos Idosos possui motorista e
161 carro próprio. As demais unidades apenas têm o carro exclusivo para atendimento, entretanto, o
162 motorista não consta no CadSuas, portanto considera-se que ele possa ser pago através dos recursos
163 ordinários. Entretanto gerou uma dúvida e, posterior discussão em plenária a respeito da origem do
164 recurso que é destinado ao motorista. Ludson pontuou que levará o questionamento ao Ministério, a
165 fim de sanar a questão e, posteriormente, realizar a versão final do questionário. Em seguida foi
166 colocado **em aprovação o Censo Suas da parte da PSB e PSE**, que foi aprovado pelos conselheiros
167 **Maria da Conceição, Vítor, Diego, Rosana, Luciana, Maria Ivanete, Caroline, Cristiane,**
168 **Camila, Telma e Sandra Tibo.** Dando sequência, Sandra deu início a apresentação dos dados
169 referentes ao Censo Suas do CMAS. Informou que a Secretaria Executiva efetuou a análise e
170 preenchimento do questionário que foi submetido à Mesa Diretora no dia 06 de novembro de 2024.
171 A conselheira **Sandra Tibo** se ausentou da plenária às 16h, entretanto manteve-se o quórum. Sandra
172 prosseguiu a apresentação citando os primeiros dados do questionário. Citou a alteração da lei do
173 Conselho, que ocorreu em 2021, descreveu os itens que constam no Regimento Interno, a
174 infraestrutura, materiais utilizados, formas de comunicação com os conselheiros, reuniões ordinárias
175 e extraordinárias, etc. Sandra apontou um questionamento sobre a publicização das reuniões. Disse
176 que em anos anteriores a marcação foi que não era publicizada, pois o município de Nova Lima não
177 possui Diário Oficial. Entretanto, como as atas das reuniões e resoluções do Conselho são publicadas
178 no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal - PMNL, considerou a importância de marcar
179 sim, pois, caso assinalasse que não, daria a entender que as reuniões não são publicadas. Porém a
180 plenária entendeu que por não haver o Diário Oficial no município e que no questionário especifica
181 esta fonte de comunicação, considerou que a marcação desta questão deveria ser a opção não. Sandra
182 esclareceu que em 2024 as visitas a entidades, unidades públicas e às redes de serviços, com exceção
183 das Unidades de Acolhimento, não foram realizadas, devido ao quadro de pessoal da Secretaria
184 Executiva, estar incompleto. Sandra informou que em relação aos conselheiros, apenas dois são

Sandra Tibo
Maria da Conceição

Ludson
Diego
Rosana
Luciana

185 representantes dos trabalhadores indicados pelo Fórum, os conselheiros Flávio e José Guilherme.
186 Esclareceu que o fato de serem representantes do Fórum, não é impeditivo de serem eleitos também
187 na Conferência Municipal. Em seguida colocou **em aprovação a apreciação do Censo Suas do**
188 **CMAS**, que foi aprovado pelos conselheiros **Maria da Conceição, Vítor, Diego, Rosana, Luciana,**
189 **Maria Ivanete, Caroline, Cristiane, Camila e Telma.** Prosseguindo ao próximo ponto de pauta,
190 Ludson, informou sobre a solicitação de mudança no planejamento da reprogramação dos saldos dos
191 recursos do Piso Mineiro Fixo, enfatizando que a intenção é retirar o valor de R\$126.854,89 do saldo
192 reprogramado para utilização com a subvenção social para contribuição de Termo de Referência - TR
193 de Grupos e utilizá-lo, conforme a deliberação da Secretária de Desenvolvimento Social, para a
194 compra do Kit de Natal, tendo em vista, à não execução do valor que havia sido reprogramado para
195 ser utilizado em 2024. Sandra apresentou a Resolução nº08/2024 que diz sobre a aprovação da
196 reprogramação de saldos dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS e Fundo
197 Estadual de Assistência Social - Feas transferidos aos municípios. Informou que será alterada com a
198 finalidade de atender à solicitação em questão. Enfatizou que do valor reprogramado de
199 R\$803.665,00 R\$211.165,00 foi destinado para material de consumo, equipamentos e material
200 permanente, R\$592.500,00 foi destinado a subvenção social para contribuição do TR Grupos, sendo
201 que deste último valor será subtraído R\$ 126.8854,89 para a compra do Kit Natalino. Carolina
202 questionou o motivo de não poder utilizar o recurso do Piso Mineiro para a compra do Kit de Natal e
203 Ludson esclareceu que quem efetuou a avaliação de alteração da reprogramação foi a secretária da
204 SEMDS e que o motivo apresentado, diz respeito a pendência na execução do Piso Mineiro no que
205 envolve o TR Grupos e considerando que é um programa, não poderá ser utilizado para a compra do
206 Kit Natalino. Sandra considerou que ficará um saldo muito alto na conta e não conseguirá utilizá-lo
207 até o final do ano, tendo uma baixa execução do recurso. Disse ainda, que não poderia pagar o Kit,
208 com o recurso se não for reprogramado novamente. Maria Ivanete complementou que caso não seja
209 utilizado o recurso, poderá ter dificuldades para quando for requerer outro em valor maior. Em
210 seguida colocou **em aprovação a reprogramação dos saldos dos recursos do Piso Mineiro Fixo,**
211 **que foi aprovado pelos conselheiros Maria da Conceição, Vítor, Diego, Rosana, Luciana, Maria**
212 **Ivanete, Caroline, Cristiane, Camila e Telma.** Nada mais havendo a tratar, eu **Andréa Silva de**
213 **Britto Ramos**, lavrei a presente ata, que após lida em plenária e aprovada, será assinada pelos
214 conselheiros.



Maria Ivanete Luiz dos Santos
Vice-Presidente do CMAS-NL



Maria da Conceição da Silva
2ª secretária do CMAS-NL



Caroline Soeiro Lanna

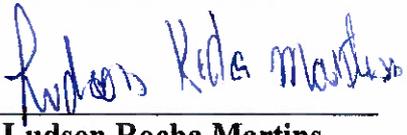
Cristiane dos Santos Pereira

Bruna Carlos Pereira

Camila Elaine de Moura



Diego Davi Quaresma Machado



Ludson Rocha Martins



Luciana Aparecida Ribeiro

Rosana Mesquita Novaes

Sandra Miroslawa Gil Carneiro Tibo

Telma Regina Alevato de Lacerda

Vítor Aparecido de Carvalho